



# O PAPEL DA ELITES NO CONTEXTO DA SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO- AÇÃO COMUNITÁRIA

Gustavo de Moraes Rego Reis

*General de Brigada, Comandante da 6ª Região Militar*

**V**inculados por relações de mútua causalidade — segundo a percepção admirável do Presidente Castello Branco — Desenvolvimento e Segurança hão de encontrar a sua essencialidade, a sua “razão de ser” na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar do homem, consubstanciados, sem dúvida, nos próprios Direitos e Garantias Individuais — os direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos e limites da lei.

Desenvolvimento é ato e é efeito. É o processo de crescimento do progresso e é também o próprio estágio econômico, social e político alcançado por uma comunidade e identificado em relação a outras pelos elevados índices de rendimento dos principais fatores de produção, tais como recursos naturais, o capital e o trabalho, a par de estabilidade política e de paz e justiça sociais. A despeito de desejar-se integrado o processo realizado ou o estágio alcançado há de apresentar distorções e desníveis caracterizando sua relatividade, nos planos regionais, no quadro nacional e, principalmente, no âmbito internacional. Isso porque, o Desenvolvimento advém de uma seqüência de situações e de estados de transformação, de aproveitamento e de geração de recursos de toda ordem — bens e serviços — proporcionados à comunidade necessariamente em escala superior ao crescimento demográfico e — o que é mais difícil — distribuídos no tempo e no espaço, de conformidade com a demanda correspondente às exigências de bem-estar e da qualidade de vida para o maior número possível de indivíduos, sob os influxos das aspirações materiais e espirituais da comunidade em questão. Por tudo isso, o Desenvolvimento fica na inarredável dependência de um complexo equacionamento de variáveis dependentes e até aleatórias, a partir dos próprios padrões de comparação relativamente a outras comunida-

des e países, variáveis que transcendem ao domínio nacional para se situarem na esfera da conjuntura internacional e cuja instabilidade é por todos reconhecida.

Por seu turno, Segurança, também é um ato ou efeito, assim como pode ser estado, condição ou qualidade, entre outras tantas acepções mais genéricas. Necessidade elementar de estabilidade psíquica, da exigência de equilíbrio, é também consciência individual de garantia e de afirmação, pela qualidade de vida e de bem-estar de que desfruta o indivíduo ou que aspira e pelo qual se empenha. Daí decorre um estado de espírito comum de aceitação dos limites da liberdade, da interdependência no plano da coletividade, a segurança recíproca, consensual — desde a que exige as medidas mais elementares de higiene no círculo familiar e da vizinhança, até aquela que alcança toda a comunidade nacional, sob os mais diversos aspectos. Esta última, dada sua complexidade e para sua própria preservação estabelece a ordenação de responsabilidades e mecanismos adequados de caráter institucional — a Segurança Nacional. E, assim como a Segurança, no plano individual, juntamente com a vida, a liberdade e a propriedade, insere-se entre atributos que geram direitos invioláveis — os Direitos e Garantias Individuais, — no plano institucional, visando à comunidade brasileira, sua Segurança, remete também ao indivíduo o tributo primeiro correspondente à sua parcela de interesse e de responsabilidade pelo destino da comunidade: "Toda pessoa natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites da lei." (art. 86 da Constituição), competindo à União o seu planejamento e promoção (art. 8º, V) e a apuração de infrações contra a mesma, sendo esta uma das finalidades da Polícia Federal (art. 8º, VII, c), entre outras.

Vejamos agora como caracterizar, preliminarmente, as Elites e seu papel, em termos gerais. Sem fugir à sua conceituação sociológica, porém consentânea com uma visão verdadeiramente democrática, as elites, sendo minorias, hão de identificar-se, primacialmente, pelo inarredável tributo de responsabilidade que lhes confere o segmento a que pertencem: a posição de liderança que ocupam; a aptidão profissional e técnica de que dispõem; o prestígio econômico ou intelectual do qual desfrutam; a representatividade política ou administrativa que lhes foi delegada; a credibilidade que o ministério religioso e eclesial lhes assegura; e, em conseqüência, a influência e o poder que, por tudo isso, detém, direta ou indiretamente, e portanto a conseqüente responsabilidade no contexto da respectiva classe, no grupo social, econômico, político, religioso, responsabilidade que podem até ignorar, mas da qual não poderão jamais alijar-se. Em segundo lugar, a feição democrática das elites será assegurada por uma dinâmica interna, uma ampla mobilidade horizontal e particularmente vertical, propiciando aos indivíduos — sem quaisquer discriminações ou privilégios de sexo, raça, credo religioso, convicções políticas — oportunidades de ascenderem aos diferentes estratos da escala estrutural da sociedade, através das instituições tais como a Escola, as Organizações Profissionais, as Forças Armadas, a Igreja, os Partidos Políticos e outras.

Exatamente há vinte anos atrás — em 1959 — em ocasião em que recebia em Belém do Pará a Escola Superior de Guerra, o General Castello Branco, então Comandante Militar da Amazônia, abordando tema que versava sobre o desenvolvimento daquela Grande Região — assunto já extraordinariamente polêmico e con-

trovertido — o inesquecível Chefe identificava, com notável acuidade e não menor coragem moral, três tipos de estratégias que, insidiosamente, comprometiam o exame racional e honesto da problemática da Região: a estratégia do medo, que isola; a omissão, que imobiliza; e a estratégia do ressentimento, que inferioriza.

Vinte anos são passados, e podemos ainda vislumbrar marcas indeléveis daquelas três melancólicas estratégias tisonando nossas Elites, não apenas face aos problemas amazônicos, mas aos grandes e inúmeros problemas nacionais, o homem brasileiro, sua realidade.

A estratégia do medo que isola é fruto do egocentrismo, da ambição, alimentando a covardia e o temor, levando as elites a se afastarem e a se distanciarem das comunidades e de seus problemas, prisioneiras em círculos de giz de seus exclusivos interesses, julgam dispor de uma segurança e do poder de usufruí-la privativamente. É também o medo da verdade, o conhecimento das carências, do sofrimento, da dor, cuja simples visão nos abala porque nos compromete e, por menor que seja a nossa insensibilidade diante do infortúnio, deixa-nos uma penosa marca difícil de apagar-se, tornando-nos responsáveis, quando nada, pelo conhecimento.

A estratégia da omissão é a ausência deliberada, é o desconhecimento calculado, é a inércia, a incapacidade para o exercício da ação, é a não-participação como forma de excusar-se da responsabilidade. Omissão de idéias, de posições, de atitudes, de ações. Discreta, sutil, cautelosa, a estratégia da omissão somente não consegue imobilizar a ação do próprio tempo que, na sua dinâmica incontida, não raro promove soluções naturais, contribuindo, assim, de um lado para o alívio dos dependentes do omissor estrategista, mas de outro para injustamente galardoá-lo pela "modelar paciência" demonstrada, proporcionando a solução natural do problema.

A estratégia do medo não raro se associa à da omissão, acovardando, acunhando e parализando indivíduos e grupos que ao invés de se sentirem sensibilizados pelo desejo da adesão, ao contrário, sentem-se em verdade intimidados pela falácia e pela hipocrisia, a par da virulência e da agressividade de pretensos donos da verdade. Estes, dispondo do poder e principalmente da influência que suas posições ou o exercício que suas atividades proporcionam, procuram sistematicamente utilizar cada problema social em tema de contestação, de ódio, de revide. Desinteressados de soluções, ou melhor, interessados em que não sejam encontradas e sempre preocupados em apontar falhas e limitações, realmente conseguem isolar alguns pelo medo e imobilizar outros tantos pela omissão.

Afinal, a estratégia do ressentimento que inferioriza. É a atitude menor, mesquinha, azeda, medíocre, porque consciente ou inconscientemente carregada e alimentada pelo fel das prevenções, das dúvidas infundadas, dos preconceitos, dos julgamentos e opiniões emocionais, carentes de racionalidade. Produto, geralmente, de intrigas e de meias-verdades, a estratégia do ressentimento leva como é natural à intolerância e ao radicalismo sob todas as formas pela falta de generosidade para perdoar e pela falta de grandeza para esquecer.

Temores, omissões, ressentimentos, alguns deles compreensíveis e explicáveis pela insegurança, pela incerteza, pela desconfiança e que vêm exercendo, de acordo com as circunstâncias, maior ou menor influência no espírito e no comportamento de nossas elites — de um e outro lado — há mais de duas décadas. Apreensões e angústias que atingiram seu ponto crítico em 1964, quando a própria comunidade nacional — todos os seus segmentos — sentiu-se sob risco iminente, gravemente abalada em sua estrutura social, perigosamente comprometida em sua estabilidade econômica e manifestamente ameaçada em suas Instituições e, até mesmo, em sua própria soberania. A Revolução de 31 de março de 1964 devolveu o Brasil aos brasileiros.

Dez anos após, quando se comemorava o aniversário da Revolução, o Presidente Ernesto Geisel assim se dirigia ao povo brasileiro:

“Que o dramático episódio, há dez anos vivido, seja confortadora lição e estímulo sempre presente, para que nunca mais permitamos que o sopro da insânia e da violência subversiva, dividindo tragicamente a Nação, nos leve às portas da falência e da ruína — a ruína e a falência melancólica de um povo jovem que ainda não encontrou seu justo lugar na história da humanidade. Mas que, mercê de Deus e pelo seu próprio esforço tenaz, certamente haverá de encontrá-lo em futuro próximo.”

Por isso e contra isso e, até mesmo, vivendo e participando de um clima de conciliação, como todos devemos estar dispostos a viver e a participar, cumpre preservar na adoção de uma estratégia vigorosamente marcada pela iniciativa na ação, pela coragem determinada para a participação, pela independência para a afirmação. Atitudes e condutas indeclináveis, em qualquer circunstância, sob pena de se incidir novamente daquelas três depressivas estratégias: a do medo, a da omissão e a do ressentimento, que tão graves danos nos têm causado.

A ADESG, particularmente por suas delegacias e representações, constitui um excelente instrumento de ação pelas elites que as compõem em sua expressão comunitária. O relevo de sua atividade meritória se inicia como agente catalizador no processo de conscientização nacional, no sentido de que cada qual se aperceba da parcela de responsabilidade que lhe cabe no amplo e complexo quadro do Desenvolvimento e da Segurança, em todos os campos. E, mais do que isso, despertar nas lideranças locais, nas entidades e associações de todos os tipos, enfim nos homens e mulheres responsáveis, aquele comprometimento indeclinável com o destino dos demais brasileiros, com o Destino do Brasil. Levar a reconhecer o formidável esforço realizado pelo povo brasileiro, por cada um de nós, — por todos nós, — superando mesquinhas e insidiosas prevenções daqueles que, omitindo e distorcendo os resultados alcançados pelo próprio povo, julgam assim atingir Governos, simples e temporários agentes aplicadores daquela vontade e daquele esforço de toda a comunidade nacional.

Os cinco Governos revolucionários, sem exceção, colocaram o Homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, como objeto supremo de todo o planejamento nacional.

Assim sendo, nos parece correta a colocação que fizemos inicialmente atribuindo a essencialidade do Desenvolvimento e da Segurança na melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do homem. Procuremos então identificar alguns indicadores que, sem dúvida, tanto pelo ângulo do Desenvolvimento como da Segurança ou, melhor, por ambos, sob a forma integrada dadas suas "relações de mútua causalidade", comprometem a qualidade de vida e o bem-estar do homem, ou impedem a sua melhoria, tais como:

- o uso indiscriminado e inadequado dos recursos naturais renováveis — o solo, as reservas florestais, a fauna — assumindo proporções devastadoras em certas áreas;
- a poluição industrial e o escoamento de esgotos dos grandes centros urbanos e nas áreas rurais pelo lançamento de rejeitos poluentes, em particular nos rios;
- o processo acelerado de urbanização e, em conseqüência, desordenado, gerando assim um vasto complexo de desequilíbrios econômicos e sociais;
- os índices de violência e de criminalidade, inclusive o terrorismo, a desobediência civil e as tentativas de subversão da ordem pública, verificados, em maior ou menor escala, em quase todos os países do mundo;
- a poluição da pobreza, ou seja, a carência de requisitos básicos de saneamento e controle biológico — esgotos, água, condições de habitação, o comprometimento da saúde pelo estado de desequilíbrio entre o homem e o meio-ambiente sob a incidência marcante de um acelerado crescimento demográfico;
- a vulnerabilidade das economias dos países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento, sua interdependência em relação às economias mais fortes e todas em situação extraordinariamente grave no que tange à crise de recursos energéticos;
- a maior ou menor capacidade de conscientização, motivação e mobilização das comunidades, em relação às suas próprias aspirações e problemas e a sensibilidade e disposição de suas lideranças naturais para despertarem para o engajamento e para a participação comunitária.

Como é por demais sabido o quadro, infelizmente, é universal, e não, tão somente, brasileiro como pretendem persuadir nosso povo certos profissionais do pessimismo e certos líderes, que como profetas do óbvio e videntes do manifesto, procuram contaminar, assim, com o fel de uma hipocrisia irresponsável e o veneno de suas meias-verdades os segmentos mais sensíveis e mais desarmados da comunidade nacional, em particular, os jovens, conseguindo explorar o generoso sentimento de revolta que, sub-repticiamente, despertam em seus corações, sempre dispostos a empenharem-se na defesa de causas que supõem justas e nobres.

Em termos globais, o mundo contemporâneo apresenta uma realidade, sob certos aspectos trágica, e, sem dúvida, inquietante, quanto às opções e alternativas possíveis face às necessidades fundamentais da humanidade — a alimentação, a saúde, a habitação, a educação — enfim, a redução da pobreza e da marginalidade a ní-

veis toleráveis, já que seria verdadeiramente utópico a eliminação total dessas mazelas da humanidade. E, isto porque, aquelas necessidades fundamentais, significativamente agravadas pela explosão demográfica no mundo em desenvolvimento e, principalmente, no sub-desenvolvido, evoluem em ritmo de demanda crescente, em escala muitíssimo maior do que a capacidade de gerar bens e serviços para minorá-las.

E agora, na atual conjuntura, contribuindo de maneira, mais e mais angustiante para exacerbar a carga negativa daqueles indicadores de carências, assim, como, para ampliar as limitações nos recursos para o atendimento das necessidades essenciais, cada vez maiores da humanidade, uma crise energética, sem precedentes, advinda de ações tipicamente agressivas, em sua feição econômica, vem inovar autêntica e inédita estratégia de dissuasão no plano internacional. Dada à extraordinária dependência energética do mundo desenvolvido e em desenvolvimento em relação ao petróleo, a desproporção entre as ocorrências dispersas por todas as partes do mundo e as enormes concentrações no Oriente Médio, principalmente, tem-se um potencial notável de matéria prima, vital, e ainda insubstituível em quantidades significativas, como o petróleo, e, em consequência, uma porção consideravelmente maior da riqueza do mundo, permanecendo retida nas mãos de umas poucas nações, paradoxalmente, sub-desenvolvidas e, diga-se, por razões insondáveis, nem por isso muito interessadas em seu próprio desenvolvimento social.

Assim, seu ineditismo real se sobreleva ainda mais pela eventual, porém sintomática, inversão da equação fundamental da balança do poder, demonstrada pela forma e capacidade de agressão sistemática e de consequências imediatas e brutais em toda a economia mundial. A perplexidade é, tanto maior, face à insensibilidade das grandes empresas internacionais — as empresas de petróleo — em permanente campanha de terríveis pressões, utilizando todo e qualquer processo para intimidar, corromper, desvirtuar, impedir medidas e providências essenciais, mas que reduzam seus fabulosos lucros e atinjam a seus interesses.

E na complexidade desse mundo cada vez mais interdependente, desenrola-se todo um processo acelerado de mutação da sociedade moderna, agredida por sua própria violência; sofrida em suas próprias angústias; deteriorada em seus próprios conflitos e contestações; perplexa em seus próprios paradoxos e contradições; ressentida, afinal, em suas tensões de classes, de gerações, de raça, de religiões, de ideologias.

O Brasil não é uma ilha nesse mundo — isolado, imune, indiferente. Ao contrário, interdependente, vulnerável, semelhante e solidário como as demais nações, o Brasil, todavia, há de encontrar no caráter de seu povo e nas potencialidades de seu território os valores essenciais para a garantia de seu desenvolvimento e para a promoção de sua segurança, um e outro legitimados pelas aspirações e interesses nacionais.

À primeira vista, em tudo isso, o homem parece, apenas, integrar a amplitude dos variados quadros, como parcela ínfima das multidões envolvidas em cada complexo assinalado.

Mas, em verdade, é o próprio homem o agente real e insubstituível de todo o processo, como é também, e, principalmente, o objeto maior e final de toda a ação econômica e social; ou seja, da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar — de seus direitos, dos direitos humanos.

A partir do homem conscientizado, motivado, mobilizado, sentindo-se comprometido, responsável por uma parcela, por pequena que seja, dos destinos de sua comunidade, a qualidade de sua própria vida interior começa a melhorar. E, na medida em que interessar-se, e se dispuser a participar, solidariamente, no encaminhamento e na solução dos problemas menores e, nem por isso, menos importantes, — seus próprios problemas e de seus concidadãos mais carentes, — promovendo pequenas melhorias, pela contribuição solidária, pelo simples e humano interesse pelo próximo, e, principalmente, despertando em cada qual o vínculo fundamental entre direitos e deveres — a partir daí, cada um sentir-se-á beneficiado por sua participação, seja pelos efeitos indiretos que se refletirão na rua, no conjunto, no bairro, na comunidade como um todo, seja, principalmente, pelo estado de espírito que há de dominá-lo, em seu sentido cristão mais puro e mais elevado.

A tomada de posição deve iniciar-se pela persuasão íntima — pela convicção — para a aquisição da confiança e a conseqüente adesão; da apresentação de resultados vem o despertar da esperança; a eliminação da mentira leva ao encontro da credibilidade; pelo desprendimento se alcança e amplia a igualdade; pela compreensão e pelo diálogo supera-se o confronto e afasta-se a violência; pela exclusão do egoísmo atinje-se à solidariedade: afinal, pela intransigente exação no cumprimento dos deveres que exprimem a dignidade da liberdade individual, alcança-se o equilíbrio fundamental entre sua exaltação e uso e a contrapartida indeclinável de responsabilidade — uns e outros contidos nos limites da lei. Equilíbrio sobre cuja essencialidade repousa toda a filosofia do sistema democrático de vida e que, para sua salvaguarda, há de armar-se, em legítima defesa de suas Instituições.

Por pertinente e oportuna, me permito transcrever palavras do Cardeal brasileiro Dom Agnelo Rossi, titular de importantíssima função junto ao Vaticano qual seja Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, por ocasião da missa que celebrou em Roma, comemorando a nossa Independência, no dia 7 de setembro de 1977. Disse o notável sacerdote paulista:

“Quem egoisticamente, porém, busca acima de tudo, a satisfação de seus próprios interesses, não é, nem pode ser, o melhor cidadão, porque, está demasiadamente fechado sobre si mesmo, não sabe abrir-se à renúncia, ao sacrifício, ao dever. E patriotismo é abertura, é abraço, é amizade, é afeto e apreço aos demais bens da natureza e da sociedade.”

E vai além Dom Agnelo: “É fácil e, por vezes pode até assumir caráter demagógico, declamar aos quatro ventos quanto os outros devem ou pensamos dever fazer, mas é, realmente, salutar dar, antes, o exemplo do retorno ao próprio dever. Quiçá esta doutrina fira ouvidos hodiernos dos que, a pretexto dos direitos humanos, já se olvidam até mesmo de ensinar os mandamentos de Deus e da Igreja, entre os quais se insere o sagrado dever cívico para com a Pátria”. E prossegue com essas palavras:

“Corrigindo os próprios defeitos damos um testemunho de sinceridade e fidelidade mais eloqüentes do que podem produzir as palavras sonoras e pateticamente proféticas dos que estigmatizam, acormente, os erros particulares ou sociais, quase sempre sem lhes sugerir ou mesmo conhecer soluções adequadas. A linguagem sincera do cristão e do cidadão foi sempre aquela do cumprimento do próprio e sagrado dever.” Assim termina a exortação de Dom Agnelo Rossi.

Não raro, pretensos líderes, acoitados em privilégios que não respeitam, em autoridade que não dignificam, em confiança e em credibilidade que não honram, praticam a demagogia, o sensacionalismo, tencionando denunciar, com notória má-fé, como erros dos Governos — a pobreza, as carências sociais de saúde, de educação, de habitação, de proteção da lei e de segurança pública e outras — buscando com isso, em atitude de gratuita irresponsabilidade exacerbar a comunidade no sentido da contestação social e, até mesmo, da violência. Também não oferecem seu concurso para a obtenção de soluções capazes de minorá-las. Pois que, do alto de sua presunção e, não menor desonestidade de propósitos, reconhecem, intimamente, a inviabilidade e a insuficiência de meios para superá-los e resolvê-los a curto prazo. Também sabem que são problemas e carências de caráter universal. Assim denunciam o óbvio, denunciam a própria imperfeição do homem.

A comunidade, o espírito comunitário advêm do instinto gregário do homem; o imperativo de autodefesa do grupo; a busca e aceitação natural de uma liderança; e, afinal, a diferenciação do homem: seus valores morais. Daí me parecer profundamente amarga, céptica e, não raro, ideologicamente comprometida, a assertiva de que o conceito de comunidade há de conter, necessariamente, — sempre, — o sentido de contestação às estruturas políticas, sociais e econômicas vigentes. E se procuram associar a comunidade, tão somente, à circunstância original do comunismo marxista — da comuna —, esta foi sabidamente, episódica no quadro da revolução russa. E hoje é inviável, até mesmo em suas formas mais inocentes, nos “paraísos” marxistas. Assim, com aquela colocação distorcem a verdade, ou, o que é mais grave, utilizam-se da meia-verdade. A comuna era a aldeia medieval que alcançava sua autonomia. Era, assim, uma estrutura social e econômica relativamente emancipada, partindo não de misérias, conflitos internos ou diferenças decorrentes de lutas pelo poder, mas, ao contrário, aquele “status”, concedido pelo senhor feudal, traduzia-se pelo reconhecimento de uma capacidade, de uma unidade integrada no espírito e na ação, e qualificada para exercitar a faculdade de governar-se e de manter-se por suas próprias normas e recursos próprios. Há, pois, na origem de comunidade, da ação comunitária, um sentido construtivo, solidário, generoso e compreensivo. Somente os radicalismos, tanto de esquerda como de direita, paradoxalmente nivelados em suas técnicas de mentira, de falácia, de hipocrisia, de violência e de agressão física e verbal, podem procurar distorcer o verdadeiro trabalho conjunto realizado pela ação comunitária, procurando alimentá-lo permanentemente com a angústia do pessimismo e o amargor da contestação e do inconformismo, sem qualquer aceno de esperança.

Após essas considerações, parece fora de dúvida que, entre aqueles indicadores, anteriormente, identificados como comprometedores da qualidade da vida

e do bem-estar do homem, um deles se sobrepõe, se destaca em relação aos demais pela circunstância inerente, essencial à condição humana, exigida em sua intimidade de causa e efeito: a capacidade de conscientização das comunidades em relação a suas próprias aspirações e problemas. A Ação Comunitária, dispõe de extraordinárias potencialidades de causa e efeito, graças ao poder de coesão de seu solidarismo, à singular força de atração que o processo encontra na adesão pelo imperativo irrecusável da participação. Ao invés de o conflito e a contestação, a concórdia, a comunhão.

Não se trata de esmola que humilha. Trata-se, isto sim, do concurso voluntário, pessoal, da participação no esforço, sob todas as formas, desde a contribuição material de qualquer natureza e valor, até o empenho direto, a dedicação a um setor ou atividade, embora modesto e de efeito limitado. Pouco importa a expressão dos resultados ou a escassa projeção daquilo que venha a ser alcançado ou obtido. Não importa que não venha a resolver inteiramente o problema, nem mesmo alterar, substancialmente, a situação. "Não é preciso vencer sempre para lutar, nem mesmo ter esperança para preservar na ação."

De outro lado, observando-se, detidamente, cada um dos demais indicadores, um traço comum, persistente, constante, às vezes sob a máscara do disfarce, mas sempre presente: o *desperdício!*

O Governo, com a grave responsabilidade de suas decisões na presente conjuntura, admitiu a possibilidade da adoção de uma Economia de Guerra, em consequência de desdobramentos que poderão advir da crise energética que avassala violentamente o Brasil e o mundo. Correspondendo a um conjunto de medidas reguladoras e controladoras, principalmente, sob a forma de limitações e reduções de consumo, de preços e o aumento da produção, o imperativo que poderá levar o Governo a tal decisão pressupõe a existência de um opositor, de um adversário, de um antagonismo, de um "Inimigo". Isso porque a Guerra é um fenômeno, necessariamente, dual. E, sendo uma luta entre duas vontades, muito embora a indicação tenha sido feita apenas com referência ao Campo Econômico, há, forçosamente, de realizar-se, em maior ou menor escala, nos demais Campos, no Social, no Político e, até mesmo no próprio Campo Militar, levantando seu respectivo potencial, transformando-os em Poder, mobilizando-os para aplicá-los, definindo a Vontade Nacional, contra o "Inimigo".

Mas como caracterizar esse "Inimigo"? Não será a escassez de energia ou a carência de recursos financeiros para a aquisição de petróleo e seus derivados, ou para a aplicação na produção de sucedâneos ou fontes alternativas e técnicas não-conventionais que configurarão adequadamente esse "Inimigo". Ao contrário, são eles efeitos decorrentes da "Guerra".

O "Inimigo" é o *desperdício!* É o gasto sem proveito; é o esbanjamento; é o emprego incorreto; é a forma inadequada de aplicação ou de uso; é o excesso de restos, refugos e sobras; é a ausência de racionalidade e exagero no emprego e aplicação do tempo, do pessoal, dos meios de toda natureza; é a burocracia desnecessária, emperrada, cediça. Eis aí o "Inimigo"!

A "Guerra" é contra esse "Inimigo", declarado, insidioso, que se apresenta sob as variadas formas e feições já assinaladas, ou outras tantas mais sutis e malignas, atuando em todos os campos com reflexos diretos e imediatos ou não, mas, sem dúvida, sensíveis e inquestionáveis sobre o consumo energético. Isto porque, não existe qualquer tipo de atividade, de produção, transporte ou consumo de algum bem ou serviço que não implique, que não exija a menor quantidade que seja, um mínimo sequer de energia, sob qualquer forma.

Ora, se o "Inimigo" é de tal ordem versátil, fluido e traiçoeiro, capaz de atuar em todos os campos com reconhecida pertinácia, apoiado em hábitos, costumes, pretensos direitos, privilégios, regalias, abusos, excesso de zelo, ignorância, preguiça, desonestidade, cumpre proceder a uma verdadeira mobilização de todos — mobilização de base —, de toda a comunidade nacional, para lhe dar combate. Trata-se, pois, de um processo de conscientização que há de iniciar-se na comunidade menor, pela ação comunitária a nível municipal.

Eis aí o verdadeiro papel das elites democráticas, das lideranças autênticas: incorporar um tipo de comportamento adequado à realidade econômica que o país e o mundo atravessam, não apenas cumprindo ou obedecendo às imposições decorrentes das circunstâncias, mas fazendo, mais, aderindo, sinceramente, àquelas exigências, racionalmente integradas às medidas e a seus propósitos na identificação do "Inimigo" em suas diversas formas.

Adotado esse comportamento, as lideranças passam a assumir atitudes, realizar ações, que pela influência que exercem e pela exemplaridade que devem oferecer, despertem o sentido de adesão e a integração de pessoas e de grupos, cada vez mais significativos, já agora no combate ao "Inimigo" — o desperdício — mediante procedimentos efetivos de comedimento, contenção, eliminação da dissipação e outros.

O círculo de adesões ampliou-se, pelo efetivo exercício das lideranças no processo de conscientização de segmentos cada vez maiores da comunidade. Um comportamento racional, gerando atitudes-respostas, sempre mais condizentes, oportunas, ajustadas vão, pouco a pouco, reduzindo a expressão do "Inimigo", cercando-o e eliminando-o, afinal, mesmo em suas formas mais sutis, que exploram a vulnerabilidade dos jovens, da criança, naturalmente destruidora, dispersiva, perdulária.

O desdobramento do processo, sendo dinâmico no tempo e no espaço, na medida em que novos segmentos da comunidade vão sendo integrados pela incorporação daqueles comportamentos e as conseqüentes atitudes assumidas, passam a exigir novos conhecimentos e informações, experiências em relação a resultados alcançados em outras comunidades, visando a ampliar as vantagens obtidas em diferentes atividades. Trata-se do efeito objetivo da redução substancial do desperdício, da dissipação, do esbanjamento, dos recursos ociosos, e a procura de novas habilidades e o domínio de técnicas originais que, mesmo em escala artesanal e reduzida, mas graças a seu poder multiplicador realizado pela ação comunitária, chegarão a oferecer, sem dúvida, resultados compensadores e efetivos.

Afinal, o reflexo, a reação elementar incorporada pela repetição, pelo hábito, pela perseverança; o apagar a luz do quarto, do escritório, quando esta não se fizer mais necessária; fechar a torneira, evitando-se o desperdício d'água; a obediência natural, espontânea às normas estabelecidas para o uso correto do automóvel, do caminhão, o limite de velocidade, a regulação, de maneira a corrigir-se o emprego incorreto; o cuidado, sempre constante, na redução dos gastos do gás de cozinha; a diminuição dos restos, sobras, refugos. E a preocupação com o eventual aproveitamento daquilo que sobra na cozinha, na costura, nas pequenas oficinas empenhadas nas mais diversas atividades, no trabalho artesanal, tudo mediante técnicas inspiradas pela própria inventiva e criatividade da dona de casa, do operário e até da criança.

Muito a propósito, o MOBRAL, já há algum tempo, graças ao extraordinário poder de captação e de sensibilidade para a percepção das aspirações do homem comum — do povo — ao lado de uma incomparável e arraigada confiança que confere, também a este mesmo homem, como principal agente no próprio processo de sua conscientização, o MOBRAL, iniciou a elaboração de um empreendimento designado-o "Tecnologia de Escassez". Desenvolvido ainda em termos de Projeto, a "Tecnologia da Escassez" mereceu o interesse do Governo e, inclusive do Exército, e se coaduna, de maneira singular, às considerações que vimos apresentando, relativamente, à importância capital no processo de mobilização de base da economia nacional, de buscar-se a conscientização comunitária a partir da adesão do indivíduo, em primeiro lugar.

Todos sabemos que nas diferentes regiões interioranas do Brasil, o caboclo da Amazônia, o sertanejo do Nordeste, os homens do sul, do centro-oeste, o jangadeiro, o vaqueiro, o garimpeiro, o peão da estância no sul, os homens do litoral e tantas e tantas figuras identificadas às suas respectivas paisagens, possuem o gênio criador que lhes proporciona a inventiva, capaz de minorar as carências de apoio, as dificuldades de serviços essenciais, a escassez de recursos de toda ordem, tirando partido do disponível, do existente, do favorável, graças à notável capacidade de adaptação de que dispõem.

Nesse processo, desenvolvem-se técnicas, elaboram-se procedimentos, descobrem-se, ajustam-se, aproveitam-se, criam-se, adaptam-se os mais variados recursos materiais disponíveis na escassez e na carência, dominam-se habilidades. Tudo isso, após sofrer a decantação imposta pelo tempo e pelo crivo da própria experiência, é incorporado à sabedoria popular e transmitido, em geral, pela tradição oral, por gerações consecutivas. Assim, aquela sabedoria é apropriada, utilizada e transmitida pela validade e adequação que oferece face às realidades e condicionantes locais e regionais. São elementos materiais da Cultura Popular.

O MOBRAL, através o Projeto da "Tecnologia da Escassez" se dispõe a realizar um grande inventário — a nível nacional — dessa Sabedoria Popular, identificando sua validade, em termos de exequibilidade, confiabilidade e, principalmente, a aptidão para a transferência, visando a adoção em outros locais e regiões, desde que os recursos e meios exigidos se façam também presentes.

Por pertinente, cabe afinal considerar a extraordinária contribuição proporcionada, ainda, pelo MOBRAL, pela execução de seu Programa Diversificado de Ação Comunitária — o PRODAC. Trata-se de um Programa, sem dúvida, de alto sentido social, e cujos princípios básicos, finalidade e objetivos são inteiramente compatíveis com os colimados pelas atividades realizadas pelo Exército no campo da Ação Cívico-Social — ACISO — e, principalmente, da Ação Comunitária, conforme as Instruções estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército. O PRODAC hoje, é uma realidade vitoriosa em dezenas de municípios brasileiros. E é com justificada satisfação que posso proclamar os resultados alcançados pela associação feliz MOBRAL—Exército no campo da Ação Comunitária, pela experiência pioneira que me coube realizar quando no comando de uma Grande Unidade no interior do Estado de São Paulo, nos anos de 1976 e 1977, e cujos resultados, realmente, surpreendentes e, altamente, animadores, perduram, até hoje, no pensamento e na ação das comunidades assistidas. Resultados que, após conhecidos, levaram o Exército, associado sempre ao MOBRAL, a sua execução em outras áreas do Brasil.

Não será simplesmente a liberdade o penhor exclusivo do desenvolvimento. A amplitude democrática, a estabilidade institucional capaz de conviver com graves crises econômicas e, até mesmo, com a própria guerra, dependerá, sem dúvida, do senso de responsabilidade, do sentimento do dever, do desprendimento e da capacidade de sacrifício, dominante nas elites, nos meios de comunicação social, nos segmentos mais atuantes e representativos da comunidade nacional.

Realmente, sociedades abertas conseguiram conviver com extraordinárias dificuldades econômicas, financeiras e sociais, e, afinal, superá-las, graças, porém, a uma exemplar conscientização da comunidade, um espírito de renúncia e uma resistência ao sofrimento a toda prova, uma integral mobilização de todas as forças vivas em torno dos Objetivos Nacionais, no sentido de preservá-los e de alcançar sua consecução. A aceitação de políticas penosas e restritivas exigidas pela recessão, pelo desemprego, pelo racionamento, pelo congelamento de preços, pela eventual obrigatoriedade do trabalho extraordinário, e outras, implicam em conseqüências nas áreas econômico-financeiras, sociais e políticas e seus desdobramentos em termos de segurança e reclamarão das elites, em todos os níveis, esse alto senso de responsabilidade.

O formidável potencial que representa a nossa população jovem e seu encontro marcado com o Destino, antes do limiar do século, confere a cada um de nós — a todos nós — uma extraordinária responsabilidade. É nosso dever preparar a formidável força-de-trabalho, os dirigentes de todos os níveis nas mais diversas e variadas aptidões profissionais, homens e mulheres capazes de arcar com a responsabilidade dos problemas da magnitude de um Brasil potência, incluindo nesse conceito um alto padrão na qualidade da vida e do bem-estar do nosso Povo. É um compromisso com o futuro.

Compromisso que, afinal, é das elites, é de todo aquele que na medida de sua consciência e de sua aptidão se dispuser a exercer, formal ou informalmente, o

nobilitante mister de conduzir, de ensinar, o compromisso da liderança. Compromisso que nos impõe, antes de tudo, a aptidão de fazer subsistir em nosso espírito, em equilibrada convivência, o antigo e o moderno. Aquele, pelos valores permanentes e inarredáveis de nossa formação, as tradições e valores de todos os tempos; este, pela índole renovadora e dinâmica que nos deve situar na atualidade, encorajando-nos na aproximação com os jovens; sustentando-nos no diálogo franco e aberto; impulsionando-nos para a frente e para o futuro; levando-nos, afinal, a aceitar novas idéias e caminhos novos, sem o preconceito de repeli-los, simplesmente, porque são novos e, principalmente, porque não são nossos.

Devemos saber inovar sem repudiar e mudar sem trair.

Por força de minhas atividades profissionais e das funções que exerci, em meus quarenta anos de serviço, posso e, mais do que isso, tenho o dever de oferecer meu testemunho sobre a extraordinária transformação por que passou a comunidade nacional, sob todos os aspectos, a partir de 31 de março de 1964.

E, a comunidade nordestina, mais do que qualquer outra, precisa da dedicada participação de todos os que ali vivem, lutam, trabalham – de suas elites – atuantes, conscientizadas, dispostas a dar antes de receber, dominadas por um alto senso de responsabilidade, o sentimento do dever de conduzir o Nordeste, como o Brasil para o alto, na direção de seu Destino Imortal.

*(Conferência proferida no IX Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, da ADESG, Salvador, Bahia).*